

GUERRAS REVOLUCIONÁRIAS EM ÁFRICA: O CASO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE

Énio Viegas Filipe Chingotuane*

INTRODUÇÃO

A tradição da guerra em África é muito antiga e prevaleceu durante todo o processo de evolução do Estado tradicional africano. Todavia, a rudimentaridade das estratégias e táticas de guerra africanas permitiram a rápida conquista do continente pelas potências europeias. Apesar de tudo, estas conquistas só foram conseguidas pelo derramamento de muito sangue de ambos lados sendo que a superioridade estratégica e técnica da Europa acabou superando as resistências africanas. De um modo geral, as resistências africanas foram silenciadas por quase um século até o despontar de parceiros engajados em ensinar novas estratégias e técnicas de guerra aos africanos. Efetivamente, a emergência da URSS e da China altamente engajadas na descolonização da África permitiu que os africanos redescobrissem o seu espírito guerreiro e aprendessem a conduzir o modelo de guerra dos Estados comunistas: a guerra revolucionária.

O presente texto tem como intenção principal contribuir para o debate em torno do conceito de guerra revolucionária. O trabalho procurará desmistificar as diversas nomenclaturas atribuídas a guerra desenvolvida pelos movimentos de libertação, facto que cria uma enorme confusão nos sectores políticos e académicos. Recordemo-nos que, em função dos interesses de quem as denominava, as lutas de libertação receberam o nome de terrorismo, guerra de resistência, guerra irregular, insurgência, rebelião, banditismo e guerra revolucionária. Cada uma destas denominações carrega consigo um tom de legitimidade e ilegitimidade. Para elucidar sobre a importância da clarificação do conceito, o artigo partirá do estudo do caso moçambicano. Seu objetivo principal é analisar as guerras revolucionárias em África. A hipótese subjacente é a de que as guerras de libertação nacional em África representam um exemplo adequado ao conceito de guerra revolucionária.

* Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Instituto de Relações Internacionais de Moçambique. Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança Internacional pelo PPGEST/UFF.

Para alcançarmos nossos objetivos, o texto seguirá a seguinte estrutura. O primeiro tópico apresenta um breve histórico sobre a implantação do modelo da guerra revolucionária em África. Em seguida, faz-se uma caracterização da guerra revolucionária. A terceira parte do artigo apresenta a distinção entre a guerra revolucionária e outros tipos de guerra, seguindo-se a este um breve histórico sobre a formação do soldado revolucionário moçambicano e como se desenvolveu a guerra revolucionária em Moçambique. Por fim são apresentadas, de forma sucinta, as conclusões do estudo.

1 A IMPLANTAÇÃO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA EM ÁFRICA

Antes de mais nada, importa saber como a guerra revolucionária se implantou em África. Na sua obra 'Guerra Revolucionária', Hermes de Araújo Oliveira dedica-se ao estudo da guerra revolucionária em África. Para ele, a guerra revolucionária era subversiva e se enquadrava dentro da manobra ofensiva do comunismo, sendo que em África ela estava mascarada pela chamada luta de libertação das populações colonizadas. Ele advogava que o comunismo fomentava a sublevação das populações colonizadas contra as metrópoles ocidentais. Na visão do autor, o interesse da URSS era desequilibrar o sistema económico das potências europeias, permitindo intensificar as contradições entre o capital e o trabalho, de modo a criar condições para a revolução socialista na Europa (Oliveira, 1965:60-62).

Segundo o autor, a implantação da guerra revolucionária em África deveu-se ao engajamento soviético que visava desestruturar o capitalismo ocidental a partir das colónias. O autor refere que a doutrina da URSS, publicada em 1938, defendia a necessidade da URSS aproveitar a contradição entre as metrópoles (capitalistas) e as colónias a favor do comunismo, usando para isso os sentimentos nacionalistas. De acordo com aquela doutrina, o caminho da vitória da revolução estaria ligada a aliança revolucionária dos movimentos de libertação das colónias e dos países dependentes contra o imperialismo. Em 1947, na nova edição sobre os 'Problemas do Leninismo', a URSS decidiu que se devia aproveitar as possibilidades que as lutas e movimentos nacionais para a libertação do jugo colonial davam para transformar os países colonizados e dependentes em reservas da revolução proletária e não do imperialismo burguês.

O autor afirma que foi a partir deste momento, que o comunismo passou a apoiar, por todos os meios ao seu alcance, os movimentos nacionalistas coloniais, pois todos eles podiam servir a causa revolucionária mundial (Oliveira, 1965:62-63). Portanto, a libertação dum território africano não era um fim em si mesmo mas sim, um meio para atingir um fim: a derrota do imperialismo capitalista (Oliveira, 1965:76).

Outro ator de grande peso para o desenvolvimento e condução da guerra revolucionária em África foi a República Popular da China. Apesar do antagonismo ideológico com a URSS, a China partilhava da mesma convicção soviética de expansão do comunismo pela via do apoio aos movimentos de libertação nacional, apesar de defender a versão Maoista do comunismo. O envolvimento chinês caracterizou-se pelo apoio em armamento bélico e o treinamento dos guerrilheiros africanos¹. Num movimento mais arrojado, a China colaborou com o Comité de Libertação Nacional da Organização da Unidade Africana (OUA), providenciando diretamente para este órgão, 75% do apoio militar que este órgão recebia dos parceiros externos no período entre 1971 a 1972. Por força do antagonismo com a URSS, a China privilegiava o apoio aos movimentos que não recebiam apoio soviético e inclusive instigava algumas organizações a quebrarem as relações com a URSS (Shinn, 2009:156).

Quadro. 1: Movimentos de libertação apoiados pela URSS e pela China (dados de 1974)

APOIO DA URSS	APOIO DA CHINA	NENHUM APOIO
FRELIMO	FRELIMO	GRAE
PAIGC	ZANU	FROLIZI
MPLA	COREMO	
ZAPU	UNITA	
SWAPO	PAC	
ANC		

Fonte: William G. Thom

¹ A princípio, o treinamento Chinês aos nacionalistas das colónias portuguesas era realizado no Ghana. O primeiro grupo de instrutores chineses se estabeleceu lá em 1964 e permaneceu lá até o golpe de Estado que vitimou o Ghana em princípios de 1966. Nessa altura, a China foi forçada a interromper o programa (Shinn, 2009:156).

Importa clarificar neste momento que nem a URSS nem a China foram responsáveis pelo surgimento dos movimentos nacionalistas africanos. Eles precedem, em alguns casos o envolvimento soviético e chines. A expansão dos movimentos nacionalistas deveu-se primeiro ao exemplo dos movimentos nacionalistas da Ásia e Médio Oriente e em segundo lugar pela difusão das ideias do nacionalismo africano e o pan-africanismo. De acordo com Schultz o envolvimento soviético nas guerras de libertação africanas só iria ocorrer depois da subida de Khrushchev ao poder na URSS. Efetivamente, foi durante a década 1960 que a URSS passou a engajar-se nas lutas de libertação em África² (Schultz, 1988:14,19-20). Particularmente importante foi a adoção, em 1961, do novo programa do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), adotado no seu 22º Congresso, no qual se dedicou uma secção inteira aos movimentos de libertação nacional. Neste documento, o PCUS defendeu como sua diretriz de política externa, o estabelecimento de alianças fraternais com os movimentos de libertação nacional (Kunert, 1977:10)

Durante o período precedente, que vai desde as declarações de Lenine até a subida ao poder de Khrushchev, a URSS adotou uma política de evitamento de conflitos e redução de tensões com o ocidente, apesar de ter prevalecido uma grande tensão motivada pela crise de Berlim, Coreia, Taiwan entre outros. Com a subida do último ao poder e o desenvolvimento da política de coexistência pacífica, a URSS passou a minar o poderio ocidental nas zonas periféricas. A ofensiva lançada por ele incluía a subversão, instrução ideológica, apoio militar, créditos, assistência económica e diplomacia cultural e política (Kunert, 1977:3-4).

² De acordo com Schultz e Kunert no domínio militar propriamente dito, o contributo soviético era representado pelo apoio logístico e em armamento, treinamento político-militar e conselheiros militares. O treino militar não se resumia aos aspetos operacionais e táticos. Os soldados eram instruídos em técnicas políticas e ideológicas. O treinamento militar podia ocorrer tanto na URSS, nos países hospedeiros das bases dos movimentos de libertação nacional bem como em um terceiro Estado aliado da URSS (Estados clientes como Cuba, Bulgária, Alemanha do Leste e a Checoslováquia). O treinamento envolvia aulas sobre táticas de terrorismo, instrução sobre Marxismo-leninismo, técnicas de guerrilha, inteligência. A liderança dos movimentos recebia também instrução em questões organizacionais, ideológicas e formação para mobilização e direção de atividades clandestinas (Schultz, 1988:4,37-41) (Kunert, 1977).

Com a entrada da URSS e da China na questão das independências, os movimentos nacionalistas perceberam a grande oportunidade que se abria para as suas lutas de libertação³. Foi, como se diz na gíria popular, a junção 'do útil e o agradável'. O útil era representado pela filosofia comunista e o agradável representado pelo apoio soviético e chinês⁴. O nacionalismo africano, acionado pelas noções revolucionárias comunistas ganharam um ímpeto maior, verticalmente (aumento do número de militantes nacionalistas) e horizontalmente (aumento de movimentos nacionalistas em vários países africanos). A difusão das correntes comunistas se fez de par em par com a difusão das artes da guerra revolucionária. Sedentos de liberdade, os africanos copiaram e se apropriaram dos discursos comunistas e das suas artes de guerra. Instruídos e ensinados por soldados Soviéticos os movimentos de libertação nacional passaram a replicar a estratégia da guerra revolucionária em África.

2 CARACTERÍSTICAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Na impossibilidade de conduzir combates do tipo convencional, envolvendo grandes massas de soldados em linhas de combate definidas e frentes de combate bem articuladas, devido a sua enorme fraqueza militar (em termos de efetivos, treinamento, armamento, comunicações, logística, e outros elementos fundamentais), os

³ De acordo com William Reno, praticamente todos os rebeldes anti-coloniais dispunham de alguma forma de nacionalismo, muitas vezes misturada com a ideologia socialista. Isso fazia sentido para os líderes que tiveram que organizar grupos de combatentes etnicamente diversos e por vezes rivais. Promessas de justiça social ofereciam uma melhor perspectiva de alcançar a unidade interna. O socialismo foi ideal para proporcionar uma narrativa comum onde pessoas com diversas queixas poderiam se inscrever. A luta contra o imperialismo representado pelos governos da minoria branca criou a base para os movimentos populares seculares, centralizados e disciplinados (Reno, 2011:38-39).

⁴ Registe-se no entanto que apesar de buscar competir por influência com a URSS, a China nunca se aproximou aos patamares do envolvimento soviético, principalmente no que diz respeito ao apoio em material bélico. De acordo com Shinn (2009:158), no período entre 1967 e 1971, a China representava somente 5% das importações de armamentos em África. De acordo com a agência Norte americana de Controle de Armamentos, as aquisições africanas em armamentos advindos da China contabilizaram, de 1961 a 1971, somente USD \$42 milhões de Dólares. Esta cifra colocava a China em 7º lugar no ranking dos maiores fornecedores de armas para a África, atrás de países como a URSS, principal fornecedor, França, EUA, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e Checoslováquia.

movimentos nacionalistas optaram, acertadamente, pela via da guerra revolucionária (Oliveira, 1965:77). Na visão do autor, este tipo de guerra se manifesta por uma agressão descentralizada acompanhada por uma forte disseminação de ideias que atuam como um cancro na sociedade afetada. De acordo com o autor a guerra revolucionária não implica uma agressão do exterior mas sim do interior. A sua finalidade última é substituir a sociedade vigente, individualista, por uma sociedade baseada na massa. De acordo com o autor, ela procura 'apagar tudo' para depois 'recomeçar tudo'. Neste processo, ela procura destruir toda a estrutura social, moral e administrativa do país visado para substituir pelo partido revolucionário, que comandará, não os indivíduos, mas as massas. Ela visa, não a ocupação de uma porção de terreno mas o domínio do espírito duma população. A guerra revolucionária assenta pois, na conquista e no manejo das massas populares (Oliveira, 1965:89-90).

Na perspectiva de Oliveira, a guerra revolucionária se desenvolve com base em dois mecanismos: as técnicas destrutivas e as técnicas construtivas. Na visão do autor, as **técnicas destrutivas** visam atacar a ordem estabelecida e desagregar o corpo social existente, podendo ser conduzidas de duas formas: a violenta e a pacífica: (1º) a atividade violenta da revolução tem-se caracterizado única e exclusivamente pela guerrilha, em todas as suas modalidades (terrorismo seletivo e sistemático, sabotagem e combate); e (2º) as atividades pacíficas envolvem a intimidação da população através de comícios, desfiles, greves e resistência passiva (Oliveira, 1965:90-93).

Quanto as **técnicas construtivas**, Oliveira defende que elas visam construir uma outra sociedade. Nas palavras do autor, a força revolucionária trabalha no sentido de semear uma nova ideologia. Por meio de várias técnicas que vão desde a selecção e formação de ativistas, voluntários e quadros, a força revolucionária procura instruir a população sobre a sua condição, forjar a sua vontade de luta e convence-las da necessidade de unirem forças e atuarem em conjunto. Na visão do autor, as técnicas construtivas visam a conquista dos corpos e das almas, que literalmente podemos traduzir em conquista de 'corações e mentes' (*win hearts and minds*). O autor sugere que a conquista do corpos é feita pelo enquadramento das pessoas dentro da organização partidária clandestina e que a conquista das mentes é feita através de técnicas de impregnação psicológica através do endoutrinamento, de slogans sedutores, propaganda, infusão do medo, entre outras (Oliveira, 1965:93-123).

De acordo com Oliveira (1965:125), concluída a fase de sementeira, o movimento revolucionário procura fazer a mobilização popular, usando todos os indivíduos, independentemente do sexo ou idade, como informantes, militantes, combatentes e fornecedores de toda a logística, criando, nas palavras do autor, um 'exército popular'⁵. Segundo o autor, a mobilização popular fornece um exército sólido que mergulha as suas raízes no povo, tirando daí uma grande força. Nas palavras de Mao Tse-Tung, os guerrilheiros devem ser como peixe no mar (Kiras, 2002:216).

Conquistado o apoio popular, o movimento revolucionário procura estabelecer uma base nas regiões cuja população haja sido conquistada pelos rebeldes e esteja submetida ao seu apertado controle. Nestas bases os guerrilheiros dispõem de liberdade de ação, são encobridas pela cumplicidade popular, recebem informações, encontram repouso e tratamento e recebem o reabastecimento em armamentos e viveres. Nalguns casos, criam-se nas bases, governos insurreccionários que permitam garantir apoio internacional. A criação de bases conduz também a constituição de zonas libertadas. É nestas zonas que se consolida o governo insurreccional (Oliveira, 1965: 134-135) (Kiras, 2002:219).

Como se pode perceber, a guerrilha, quase sempre associada aos movimentos revolucionários, não caracteriza, por si só, a guerra revolucionária pois, a guerra revolucionária é mais complexa do que a guerrilha (Shy e Collier, 2003:817). A tática de guerrilha já foi aplicada ao longo da história. As características da guerra revolucionária se encontram fora das táticas militares de guerra pois, para além delas, envolvem técnicas políticas e psicológicas e a infusão de uma ideologia que venha a substituir a ideologia vigente (Shultz, 1988:2-3). Na nossa opinião, esta nova forma de guerra só iria emergir com a revolução Russa. Ela, envolve, como se pode perceber, ações militares, políticas, sociais, culturais e até humanitárias. O exército revolucionário é extremamente instruído, treinado e formado para transportar consigo, valores, crenças, ideias e práticas que ajudam a sementar a sua popularidade, conquistar a população e seduzi-la para a causa revolucionária. Trata-se no fundo, de uma máquina de propaganda armada, capacitada para ações psicológicas de conquista de corações e mentes.

⁵ Shultz (1988:4) refere-se a este processo como sendo o segundo elemento importante na guerra revolucionária, denominando-lhe 'mobilização em massa'.

De acordo com Shultz, na guerra revolucionária, as táticas de guerrilha são, na realidade, secundárias para o alcance dos objetivos estratégicos centrais, que são alcançados por meios políticos e psicológicos. O principal objetivo é destruir a legitimidade do governo vigente, pela introdução de uma contra-ideologia e contra-instituições. Shultz resume as características da Guerra revolucionária da seguinte forma: 1º- envolve uma organização política ilegal; 2º- envolve uma organização militar irregular; 3º- adota instrumentos tais como a propaganda, operações psicológicas, mobilização política, estabelecimento de um governo sombra, táticas de guerrilha, terrorismo e combate convencional. O governo sombra, por sua vez, procura projetar-se regional e internacionalmente de modo a ganhar reconhecimento da comunidade internacional como alternativa legítima do regime e, acima de tudo, garantir assistência militar externa (Shultz, 1988:3-5).

Importa salientar que, a guerrilha representa os primeiros estágios da guerra revolucionária pois, nos últimos estágios existe a tendência de se formar um exército regular capaz de se confrontar abertamente com o exército adversário. A formação do exército regular ocorre depois das forças guerrilheiras terem evoluído na guerra, terem aumentado o apoio popular e quando as forças adversárias se encontram altamente fragilizadas. Existe por parte dos movimentos guerrilheiros a consciência de não ser possível derrotar o inimigo somente pela guerrilha. A contra-ofensiva geral, já prevista por Mao Tsé-Tung seria a última fase da guerra revolucionária. Como refere Oliveira, seria a marcha triunfal do exército revolucionário. De acordo com o autor, a contra-ofensiva geral nem chega a desencadear-se porque o poder instituído, enfraquecido, desmoralizado e desiludido cede antes do momento próprio (Oliveira, 1965:137-138).

Um dos aspetos relevantes a notar, de acordo com Shultz (1988:4), é que, apesar dos líderes dos movimentos nacionalistas terem, na sua maioria, adotado uma vertente da ideologia Marxista-Leninista, ela era, quase sempre ajustada para a resolução das desigualdades económicas, sociais e políticos de cada país. Pode-se dizer que os movimentos nacionalistas aproveitavam os elementos idealistas da ideologia comunista para forjar a mentalidade, a vontade e o espírito de combatente sobre o soldado revolucionário.

3 DISTINGUINDO A GUERRA REVOLUCIONÁRIA DE OUTRAS FORMAS DE LUTA

Existe, na literatura e no discurso político uma tendência, inocente ou propositada de equiparar as guerras revolucionárias com outras formas de guerra similares e distantes tais como o terrorismo, guerra de resistência, guerra irregular, insurgência, rebelião, e inclusivamente com o banditismo. Alguns autores usam os vários conceitos de forma intercalada e alternada criando uma salada conceitual enquanto outros acreditam que a guerra revolucionária absorve todos os conceitos referidos num 'macro conceito'.

Nós acreditamos na segunda vertente. Nem sempre o terrorismo, guerra de resistência, guerra irregular, insurgência, rebelião, e inclusivamente o banditismo se baseiam: 1) em fundamentos ideológicos revolucionários; 2) numa forte disseminação de ideias; 3) na busca da sociedade baseada na massa; 4) numa revolução guiada por um partido revolucionário que comande as massas; 5) nas atividades pacíficas através de comícios, desfiles, greves e resistência passiva; 6) na implantação de uma nova ideologia através do endoutrinamento; e 7) na mobilização popular para criar um 'exército popular. Todavia, no sentido inverso, toda guerra revolucionária envolve o terrorismo, guerra de resistência, guerra irregular, insurgência, rebelião, e inclusivamente ações de banditismo.

Cada uma destas denominações carrega consigo, como dissemos anteriormente, um tom de legitimidade e ilegitimidade. A título de exemplo, o termo 'guerrilheiros da liberdade' (*freedom fighters*) soa melhor e granjeia mais apoio do que o termo terrorista, que convoca a ideia de violência covarde, do medo e da intimidação (Kiras, 2002:210). O mesmo se pode dizer sobre os termos rebelde, bandido, insurgente. Evidentemente, na busca pela ilegitimação de algumas guerras revolucionárias, houve uma necessidade de denegrir estes movimentos acreditando-lhes ações imorais, injustas e desonestas. O que importa neste momento é clarificar quando é que a guerra revolucionária absorve estas táticas e quando é que elas são uma estratégia de guerra.

Na nossa opinião, guerra de resistência visa essencialmente resistir a ocupação estrangeira ou a um regime opressivo. A título de exemplo, ela ajusta-se a guerra desenvolvida pelos reinados africanos pré-coloniais contra a ocupação colonial. Diferente da guerra

revolucionária, a guerra naqueles moldes envolvia o uso de estratégias e táticas de guerra rudimentares, desajustadas a nova realidade estratégica, sem nenhum apelo ideológico fundamental. Envolvia também, o uso de armas rudimentares. Entretanto, pelo facto dos movimentos de libertação nacional lutarem contra a ocupação colonial os termos se entrecruzam, tornando-os, de certa forma, uma força de resistência. Todavia, a guerra de resistência não depende necessariamente da existência de um partido revolucionário nem de uma ideologia revolucionária, fatores que a apartam do conceito de guerra revolucionária.

A mesma lógica funciona para o conceito de banditismo. Na realidade, a organização dos movimentos de libertação nacional em células e redes no plano político é complementado pela dispersão dos grupos em pequenos bandos ligeiramente armados para efetuarem ações de ataque e fuga, por esse motivo, estes bandos são normalmente designados de bandidos armados, uma conotação pejorativa que convoca a ideia de ladrão, salteador, patife, características totalmente distantes do soldado revolucionário, que não carrega consigo a intensão criminosa mas sim o fim político da revolução.

O terrorismo por sua vez assume um papel bastante importante para as ações dos guerrilheiros ao mesmo tempo que diminui a sua legitimidade de forma exponencial. Por força do uso desta tática, grande parte dos movimentos de libertação nacional foi considerada pelos Estados ocidentais como organizações terroristas. No entanto, importa estabelecer aqui a diferença entre a estratégia e a tática. Enquanto estratégia, o terrorismo pode ser definido como o uso sistemático, ou a ameaça do uso da violência por um pequeno grupo para alcançar objetivos políticos. Normalmente, o terrorismo como estratégia não procura a mudança política no sentido da revolução ou mudança de um regime pois procura, quase exclusivamente, provocar uma mudança na direção política do Estado ou, dito de outra forma, procura obrigar que os detentores do poder mudem o curso de sua ação em relação a uma determinada situação ou assunto. Ele visa também ganhar o apoio do público externo através da exposição do problema perante a opinião pública mundial. A guerra revolucionária, pelo contrário, procura a mudança política completa, representada pela substituição total do poder instituído (Kiras, 2002:211).

Apesar dos movimentos de libertação nacional usarem ocasionalmente táticas terroristas, estas visam um outro objetivo: elas visam garantir a cumplicidade do silêncio das populações – ninguém vê ou ouve qualquer coisa. Estabelece-se uma rutura do contacto físico e psíquico das ‘massas’ e das estruturas instaladas. Assim, os guerrilheiros atuam livremente visto que ninguém os vai denunciar. O terror, associado a aliciação contribuem também para aumentar as fileiras dos combatentes (Oliveira, 133-134,141-142) (Kiras, 2002:216). De acordo com Oliveira (1965:142-144), quanto mais a rebelião ganhou a população para a sua causa, mais o terrorismo se tornou inútil e até mesmo contraproducente. Ao mesmo tempo, quanto mais poder militar o movimento adquire o terrorismo declina⁶. De acordo com Oliveira (1965:132), o objetivo dos movimentos revolucionários com estas táticas é também expor o problema perante opinião mundial. Entretanto, o facto do grupo revolucionário procurar, como objetivo, a substituição completa do poder instituído obriga-o a evitar ações que causem repúdio tanto da população quanto da comunidade internacional, resultando por isso no evitamento do terrorismo como estratégia de luta.

O conceito de rebelião e rebelde convoca a ideia de um levantamento popular de curta dimensão que se caracteriza por revoltas e sublevações. A repressão da revolta e da rebeldia torna-se então legítima pois, ao rebelde, se despe toda a sua preponderância política. De acordo com o conceito da Wikipédia, as rebeliões são geralmente tratadas como contestações subversivas da ordem vigente, a princípio ilegítimas, e não ganham legitimidade até conseguirem derrotar o poder constituído. Evidentemente, este conceito procura minimizar a ação do guerrilheiro. Porém, toda a ação combativa da guerra revolucionária engloba atos ou ações de rebelião mas aquela não se reduz a esta. Tal como os conceitos anteriores, a rebelião não precisa ser instigada por um partido revolucionário nem ser guiada por uma ideologia.

⁶ De acordo com Schultz (1988, 4-5), o terrorismo se enquadra dentro das operações psicológicas que visam intimidar as populações adeptas do governo vigente para se manterem neutras ou contra o governo vigente e em última instância para apoiarem o movimento revolucionário.

O termo insurgência está muito associado ao conceito de rebelião e como este convoca a ideia de algo ilegítimo. De acordo com o *online free dictionary*, o conceito de insurgência é definido como a qualidade ou circunstância de ser rebelde, ou a rebelião contra um governo existente por um grupo não reconhecido como um beligerante, ou ainda uma rebelião organizada com o objetivo de derrubar um governo constituído por meio do uso de subversão e conflito armado⁷. Por sua vez, a Wikipédia apresenta uma definição esclarecedora da problemática do uso desta denominação. Segundo esta fonte, insurgência é uma rebelião armada contra uma autoridade constituída quando aqueles que participam desta rebelião não são reconhecidos como beligerantes. Ainda de acordo com a mesma fonte, o termo “insurgência” é usado para descrever a ilegalidade de um movimento, pelo motivo de não ter sido autorizado, ou por não estar de acordo com as leis locais⁸. Mais uma vez, fica claro que não se pode confundir a guerra revolucionária com a insurgência. A insurgência não precisa ser instigada por um partido revolucionário nem ser guiada por uma ideologia e muito menos precisa da uma mobilização das massas populares. Ela pode ser conduzida por um pequeno grupo ou organização. Enquanto a guerra revolucionária envolve sempre a insurgência, esta última não implica na guerra revolucionária.

A distinção entre a guerra revolucionária e a guerra irregular reside também nos aspetos acima ilustrados. Importa no entanto perceber o que caracteriza a guerra irregular. De acordo com José Alves, irregular é tudo o que não obedece às regras ou normas estabelecidas. Portanto, seria irregular, toda a guerra que não obedece as normas, convenções ou regras estabelecidas. O autor defende que o seu carácter é predominado pelo emprego da estratégia indireta, é clandestina, encoberta, versátil e aproveitadora de todas as situações que prejudiquem o adversário que visa. Segundo o autor, a guerra irregular baseia-se normalmente no emprego de *forças* (em itálico no original) em que o elemento civil, militarizado ou não e com maior ou menor grau de preparação é dominante (Alves, 1987:100,112). Como se pode ver, o conceito de guerra revolucionária é bastante expansivo pois, qualquer dos conceitos analisados anteriormente cabe dentro deste conceito. No entanto, não se pode

⁷ <http://www.thefreedictionary.com/insurgency>

⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Insurg%C3%Aancia>

substituir o conceito de guerra revolucionária pela guerra irregular pois a guerra revolucionária não se limita em ações de combate irregular. Ela se distingue pelos elementos ideológicos, a forte ênfase no confronto político e na necessidade de substituição total do poder instituído através da revolução. Nem toda a guerra irregular possui os fundamentos estabelecidos pelo partido revolucionário.

4 FORMAÇÃO DO SOLDADO REVOLUCIONÁRIO E DESENVOLVIMENTO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA EM MOÇAMBIQUE

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foi fundada em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, em 25 de Junho de 1962, quando três organizações nacionalistas de base regional: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) fundiram-se em um único movimento nacionalista, formando uma única frente. Sob a presidência do antropólogo Eduardo Chivambo Mondlane, a recém-formada FRELIMO, realizou seu primeiro congresso em Setembro de 1962 e estabeleceu sua sede em 1963 na cidade de Dar-es-Salaam⁹. Foi no 1º congresso, que se estabeleceu a estrutura da organização donde se destacaram a criação de um congresso, o comité central, a presidência, o secretariado geral, e os vários departamentos do comité central, com maior enfoque para o Departamento das Relações Exteriores, o Departamento de Defesa e Segurança (DDS) e o Departamento de Organização do Interior (DOI). Um dos aspectos mais importantes definidos no 1º congresso foi o facto da FRELIMO ter definido como natureza da luta armada, a *guerra popular prolongada*.

⁹ De acordo com Henriksen (1983:20), a formação de uma frente unida foi resultado da pressão de Kwame Nkrumah e Julius Nyerere, presidentes do Gana e da Tanzânia, respectivamente e da pressão da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colonias Portuguesas (CONCP). Apesar de concebida como uma frente unida, a FRELIMO enfrentou várias divisões internas e dissidências que resultaram em vários momentos em assassinatos todavia, nenhuma delas foi suficientemente forte para quebrar a unidade estabelecida. A título de exemplo, a heterogeneidade étnica criou algum atrito interétnico mas foi sempre residual, não impactando de forma alguma na unidade da Frente.

A formação da FRELIMO em 1962, ocorreu num momento excepcionalmente importante na mudança da estratégia soviética para África. Depois de procurar garantir apoios dos países ocidentais, a liderança da Frelimo encontrou na URSS e na China, os parceiros ideais para a condução da luta de libertação nacional¹⁰. O primeiro aliado estratégico que a FRELIMO conseguiu atrair foi sem dúvidas a URSS de quem recebeu apoio político, financeiro, material e treinamento político-ideológico-militar. A presença de instrutores soviéticos nas bases da FRELIMO na Tanzânia era uma constante que perdurou durante toda a guerra. Entretanto, grande parte dos instrutores nas bases da FRELIMO na Tanzânia era de nacionalidade chinesa. A FRELIMO recebeu armas e adotou as táticas chinesas de guerrilha (Shinn, 2009:156). Delegações moçambicanas eram por vezes enviadas para a China para receber instrução político-ideológica e militar. Apesar do antagonismo que opunha a URSS e a China, comentado nos capítulos antecedentes, a FRELIMO foi o único movimento de libertação nacional que conseguiu obter apoio dos maiores governos comunistas em simultâneo, ocorrendo por vezes, haver instrutores dos dois países a treinarem os guerrilheiros moçambicanos na mesma base (vide Fig. 1) (O'Meara, 1991:82).

Contrariamente a tendência que se registava em toda a África, onde a China não conseguia competir com a URSS no fornecimento de armas, a situação na Tanzânia favorecia a China e não a URSS. De acordo com Shinn (2009:158), esta situação ficou a dever-se ao facto de Julius Nyerere ter convidado a China para reformar e reconstruir as forças armadas tanzanianas em 1964 após a ocorrência de um motim no seu seio. Esta situação permitiu um maior envio de armas chinesas para a Tanzânia e a presença maciça de instrutores chineses naquele país. O facto da China ter esta aliança preferencial com a Tanzânia foi extremamente benéfica para a FRELIMO, que passou a receber treinamento militar, material e apoio de conselheiros militares chineses. Adicionalmente, o facto do Comité de Libertação Nacional da OUA (Organização da Unidade Africana) ter sido instalado na Tanzânia desde 1963 contribuiu para que o apoio chinês direccionado a este órgão fosse diretamente aplicado aos vários movimentos de libertação que se estabeleceram naquele país, principalmente para a Frelimo.

¹⁰ Recorde-se que os países membros da NATO apoiavam Portugal.

Importa sublinhar nesta altura, que a formação do soldado revolucionário moçambicano foi completa pois, no plano ideológico, ele bebeu simultaneamente a ideologia comunista soviética bem como a ideologia maoista (comunista) da China. No plano militar, ele estava potenciado para executar as táticas de guerrilha, terrorismo e sabotagem soviéticas bem como as chinesas. No plano subversivo, ele aprendeu as técnicas soviéticas e chinesas de propaganda, agitação popular, operações psicológicas, mobilização política e angariação de membros e militantes. No plano do material ele usou tanto as armas soviéticas como as chinesas. O treinamento, formação e instrução das lideranças do movimento ocorreu em vários países com destaque para a Argélia, Ghana, URSS e China. No entanto, o grosso das forças que compunham os escalões mais abaixo foram quase todos formados, treinados e instruídos na Tanzânia onde o movimento possuía várias bases (Bagamoyo, Nachingwea e Kongua).

Imediatamente após a sua criação, em 1962, a FRELIMO iniciou a mobilização política nas províncias nortenhas de Cabo Delgado e Niassa e nas restantes províncias do país. As ações de mobilização visavam inicialmente o recrutamento de militantes, distribuição de cartões e mobilização de jovens para irem receber treinamento militar no exterior¹¹. Todas estas ações tinham como objetivo último a criação de condições para as ações militares. Por força deste trabalho de base, a FRELIMO conseguiu estabelecer estruturas tais como direções distritais, células e comités no interior de moçambique¹² (Bragança et al, 1983:5).

¹¹ A par do treinamento militar que os jovens recebiam no exterior, a FRELIMO engajou-se no envio de jovens para estudarem no exterior através de bolsas de estudo concedidas aos estudantes moçambicanos. Com ajuda de parceiros estrangeiros, a FRELIMO estabeleceu a sua primeira escola secundária na Tanzânia. Todo este esforço demonstrava a importância que a FRELIMO dava para a educação e formação dos futuros líderes do Moçambique independente.

¹² A título de exemplo, até 1965 a FRELIMO já tinha estabelecido um sistema de células clandestinas na capital do território moçambicano. Esse sistema serviria de base para a formação da 'Frente Sul' (correspondente às atuais províncias de Inhambane, Gaza e Maputo), que tinha por objetivo criar no extremo sul de Moçambique as bases para a preparação do início da luta armada fundando a 'IV Região' Político-Militar. Todavia, vários militantes pertencentes a estas células foram presos pela PIDE, polícia secreta portuguesa. Como consequência, a IV Região nunca entrou em funcionamento (Peixoto, 2013:93).

Todo o processo de mobilização política envolvia atividades clandestinas e reuniões secretas. Apesar disso, a Polícia Secreta portuguesa foi capaz de deter muitas pessoas consideradas suspeitas. As Campanhas de mobilização estavam a cargo do Departamento de Organização do Interior (DOI)¹³. O segundo passo da FRELIMO foi enviar para o interior de Moçambique alguns guerrilheiros para realizarem trabalhos de reconhecimento do terreno. O trabalho de reconhecimento visava levantar informações sobre: 1) posições e disposição dos aquartelamentos portugueses, capacidade militar em armamentos e efetivos, depósitos de armamentos e materiais de guerra; 2) identificação dos alvos a atacar; 3) identificar as melhores vias de entrada e saída dos alvos a serem atacados; 4) reconhecer zonas seguras para esconderijos e fixação de destacamentos e; 5) captar os sentimentos e opiniões das populações em relação ao apoio a FRELIMO e a luta armada (Nkulunguila, 2014:221-232).

De acordo com Bragança *et al* (1983), o primeiro grupo de guerrilheiros só entraria no território moçambicano em Abril de 1964, ano que marca o início da luta armada, que seria desencadeada em três províncias (Cabo-Delgado, Niassa e Tete)¹⁴. As campanhas militares estavam a cargo do Departamento de Defesa e Segurança (DDS) e eram conduzidas pelas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado da FRELIMO. As primeiras ações militares da FRELIMO seriam nesta fase categorizadas como atos de terrorismo pois visavam o assassinato das lideranças administrativas portuguesas, destruição das estruturas administrativas, ataque aos colonatos, emboscadas a soldados portugueses, ataques sobre populações que apoiavam aos portugueses, entre outros (Henriksen 1983:117-128).

¹³ As campanhas de mobilização foram acompanhadas por uma forte campanha de informação sob comando do Departamento de Informação e Propaganda que editava revistas e boletins como o 'A voz a Revolução', o '25 de Setembro', 'a luta continua', 'os heróicos', o '3 de Fevereiro', entre outros. Para além disso, ao nível da rádio emitia-se a 'Voz da Frelimo' (Negrão, SD:138). Sob comando do Departamento das Relações Exteriores deu-se início a uma campanha de informação e propaganda no exterior para angariar apoios para a FRELIMO e motivar condenações a Portugal.

¹⁴ A frente de Tete teve que ser interrompida em 1965 devido a oposição do governo do Malawi (de Hastings Kamuzu Banda), que cooperava abertamente com o governo português para impedir a progressão da FRELIMO. O Malawi seria, durante quase toda a luta, um grande entrave ao desenvolvimento da luta armada nas províncias centrais de Moçambique (Tete, Zambézia, Manica e Sofala).

Logo, estas ações foram caracterizadas como terrorismo por parte das autoridades portuguesas¹⁵. Devido ao reduzido número de guerrilheiros e a escassez de armamento (grande parte era equipamento usado pelos guerrilheiros argelinos durante a sua luta de libertação e que foi cedido a FRELIMO), o número de ataques era bastante reduzido e temporalmente bastante intercalado. Dando seguimento as diretrizes da liderança do movimento, cada frente foi aconselhada a recrutar jovens para reforçarem os seus efetivos, que eram em primeiro lugar enviados para os campos de treino na Tanzânia e posteriormente treinados nas bases militares da FRELIMO em território moçambicano (Raimundo, 2014:513).

Com o aumento do número de efetivos e a maior disponibilidade de armamentos, a FRELIMO começou a desenvolver ações de maior envergadura. As ações de guerrilha passaram a envolver confrontos com os soldados portugueses destacados para conter as ações do movimento na região norte. O emprego da estratégia indireta e das táticas de ataque e fuga causavam uma grande perturbação no seio das forças portuguesas treinadas para a guerra convencional. Não era o exército português quem definia a hora e o local do combate mas sim a Frelimo que aproveitava todas as situações que pudessem prejudicar o adversário para atacar. Ao mesmo tempo que progredia a guerrilha aumentaram os atos de sabotagem, a propaganda, a agitação popular e a mobilização política das populações daquelas regiões e no resto do país.

Estrategicamente, a FRELIMO não se engajava na guerra pela conquista dos centros urbanos, prevalecendo durante toda a luta como uma guerrilha rural. Esta posição devia-se ao facto do movimento não possuir qualquer treinamento para a guerrilha urbana, não possuir condições materiais e humanas para combater as Forças Armadas Portuguesas e pelo facto da sua doutrina excluir o ataque a alvos civis. Tratou-se, segundo Vieira (2010:235), de uma opção ética, estratégica e tática. No meio rural, a estratégia da guerrilha da FRELIMO foi beneficiada pela vegetação e pelo clima.

¹⁵ Na verdade, a FRELIMO procurou a todo o custo não repetir os ataques terroristas que a UPA fizera em Angola em 1961, pois tinham deturpado o sentido da luta de libertação nacional (Negrão et al, SD:29). Deve-se referir também que a FRELIMO procurou sempre evitar atentados bombistas nos centros urbanos como tática de luta (Vieira, 2010:234-235). Por seu lado, Henriksen (1983:117-128) defende que apesar da FRELIMO não reconhecer que usou táticas terroristas, estas foram bastante usadas nos primeiros anos de luta.

Nas províncias do Niassa, Cabo Delgado e Tete, a FRELIMO tirou proveito da floresta densa da serra do Niassa, do planalto dos makondes (Cabo Delgado) e do planalto de Angónia (Tete)¹⁶. Foi precisamente nestes locais que a FRELIMO estabeleceu as suas bases militares. Em termos climáticos, a guerrilha da FRELIMO foi beneficiada pela chuva recorrente nas províncias nortenhas. Enquanto os portugueses preferiam engajar-se na época seca, a FRELIMO preferia engajar-se na época quente e chuvosa pois, nesta época, as nuvens impediam os ataques aéreos portugueses, voos de reconhecimento e a água ajudava a apagar trilhas usadas. Para além disso, o período quente e chuvoso contribuía para desmoralizar a tropa portuguesa e desgastar as máquinas (Henriksen, 1983:6-7).

No domínio militar, a tática padrão da FRELIMO era a guerrilha, evitando em todo o momento confrontar-se abertamente com as forças portuguesas e negando as forças portuguesas alvos de fácil identificação. Quando em situação de perigo, as forças mesclavam-se entre a população que por causa disso sofria a opressão e a coerção portuguesa, contribuindo para aumentar a simpatia popular para com o movimento. A iniciativa do ataque estava quase sempre nas mãos do movimento e só com o incremento das capacidades militares portuguesas estes conseguiram partir para o ataque. Pode-se dizer que a guerra revolucionária da FRELIMO englobava tanto elementos de terrorismo, guerra de resistência, guerra irregular, insurgência, rebelião, e inclusivamente o banditismo. Todavia, ela era suportada por: 1) fundamentos ideológicos revolucionários; 2) numa forte disseminação de ideias; 3) busca da sociedade baseada na massa; 4) uma revolução guiada por um partido revolucionário que comandava as massas; 5) implantação de uma nova ideologia através do endoutrinamento; e 6) mobilização popular para criar um 'exército popular'.

Nesta altura, Portugal mostrava uma grande incapacidade de lidar com aquele fenómeno totalmente desconhecido que era a guerra revolucionária. Entretanto, depois de enormes fracassos, o governo português pediu a assessoria dos EUA e da França que enfrentaram situações semelhantes no Vietname e na Argélia, respetivamente.

¹⁶ A frente de Tete, iniciada em simultâneo com a Frente de Cabo Delgado e Niassa, foi bruscamente interrompida em 1965 devido a recusa do Malawi em relação ao circulação dos guerrilheiros da FRELIMO em seu território. Efetivamente, o governo malawiano cooperava com de forma aberta com o governo português. Esta frente só voltaria a ser reaberta em 1968.

Foram também enviados para aqueles países soldados portugueses para estudarem a resposta americana e francesa para posterior emprego em Moçambique. Sobre este fenómeno, Vieira (2010:222), afirma que 'os generais portugueses devoraram os tomos escritos sobre a guerra de guerrilha, estudaram as experiências americanas, francesas e britânicas e até liam muito mais as obras de Giap, Mao Tse Tung, Che Guevara e Sun Tzu do que os guerrilheiros da FRELIMO'.

O apoio popular ao movimento cresceu muito durante os primeiros anos da guerra. As populações eram engajadas em ações de inteligência, apoio logístico e preparação de abrigo para os guerrilheiros. A reação portuguesa para conter o apoio que a Frelimo recebia da população foi baseado numa campanha punitiva. Nesta altura, a estratégia portuguesa baseava-se nas seguintes linhas mestras: 1) ações militares diretas contra as populações, 2) infiltração de agentes; 3) ação psicossocial; e 4) destruição de campos de cultivo (Bragança *et al*, 1983:5). Segundo Vieira (2010:223-224), uma das estratégias usadas para o isolamento da FRELIMO foi a criação de aldeias estratégicas onde as populações eram concentradas e encurraladas de modo a evitar a comunicação com os guerrilheiros. A ação retaliatória do governo português que visava afastar a população dos braços da Frelimo teve um efeito adverso daquilo que foi planejado pois obrigou-as a abandonar as suas aldeias para se estabelecer em locais inóspitos de difícil alcance para a tropa portuguesa.

Os locais para onde as populações se refugiavam acabaram por se tornar os embriões daquilo que viria a ser chamado de 'zonas libertadas', primeiramente estabelecidas entre 1965-66¹⁷. Foi nestas zonas onde, sob proteção dos guerrilheiros da FRELIMO, se fortaleceram as estruturas partidárias de base da organização e se ensaiaram as primeiras formas de um governo sombra. A título de exemplo, refere-se a criação do primeiro sistema de produção em moldes socialistas, estabeleceram-se as primeiras escolas e o primeiro

¹⁷ Ainda no mesmo período surgiu uma segunda categoria de 'zonas libertadas', aquelas onde a administração portuguesa era eliminada ou expulsa. Na verdade, segundo Nkulunguila (2014:274-275), algumas dessas zonas eram na verdade 'zonas semi-libertadas' pois o exército português podia invadir mas não permaneciam por muito tempo, sendo a administração portuguesa completamente ausente. Vieira (2010:297), apresenta uma segunda visão sobre o conceito de Zona semi-libertada, ele inclui neste grupo, aquelas regiões onde o inimigo nunca estivera presente.

sistema rudimentar de educação, criaram-se as primeiras cooperativas, um sistema comercial rudimentar, entre outros¹⁸. Elas serviam também como fonte de recrutamento de militares e militantes, agentes de informação, bases de apoio logístico (alimentos, material de guerra, tratamento médico). As experiências práticas de coletivização das atividades produtivas nas zonas libertas provocaram uma maior aceitação da liderança da FRELIMO para os méritos da ideologia marxista e do socialismo. A FRELIMO passou a considerar a exploração econômica do capital ocidental como o inimigo do povo moçambicano. De acordo com Reno (2011:40), a criação das zonas libertadas servia para os movimentos de libertação colonial mostrarem ao mundo exterior a sua capacidade para controlar território e administrar comunidades por forma a ganharem credibilidade externa¹⁹.

De acordo com Nkulunguila, com o desenvolvimento da luta houve necessidade de se armar milícias e criar forças locais. Estes tinham a tarefa de defender as zonas libertadas contra as invasões do inimigo e guarnecer a retaguarda dos guerrilheiros enviados para as missões de abertura de novas frentes. Nesta fase foram criados centros de instrução militar no interior de Moçambique através do qual se dá o devido preparo militar as forças milicianas e paramilitares (A instrução militar era sempre acompanhada de estudos políticos e preparo ideológico para primeiro consciencializar o guerrilheiro e em segundo lugar torna-lo veículo de difusão dos objetivos da revolução). A ocupação das zonas libertadas bem como a evolução da guerra impuseram a introdução da artilharia ligeira nas operações a partir de 1967. De acordo com a autora, a introdução da artilharia veio dar um novo impulso ao desenvolvimento da luta armada pois, desde então os guerrilheiros passaram a atacar com forças combinadas composta por elementos de infantaria e artilharia (Nkulunguila, 2014:277-278, 293-298). Para proteger as zonas

¹⁸ Foi nas zonas libertadas onde nasceu o primeiro sistema de educação nacional, que já em 1972-1973 compreendia mais de duzentas escolas primárias (para uma população de cerca de um milhão de habitantes e com dez mil alunos só na província de Cabo Delgado), um ensino secundário até a 8ª classe, um curso de enfermagem, curso de formação de professores primários, além de infantários (Macagno, 2009:19).

¹⁹ Esta estratégia foi previamente desenhada por Mao Tsé-Tung, na sua obra sobre a guerrilha.

libertadas a FRELIMO optou por minar as estradas estratégicas a fim de impedir o avanço do inimigo, outra estratégia foi a abertura de valas nas estradas para dificultar a circulação de veículos do exército colonial (Raimundo, 2014:507)

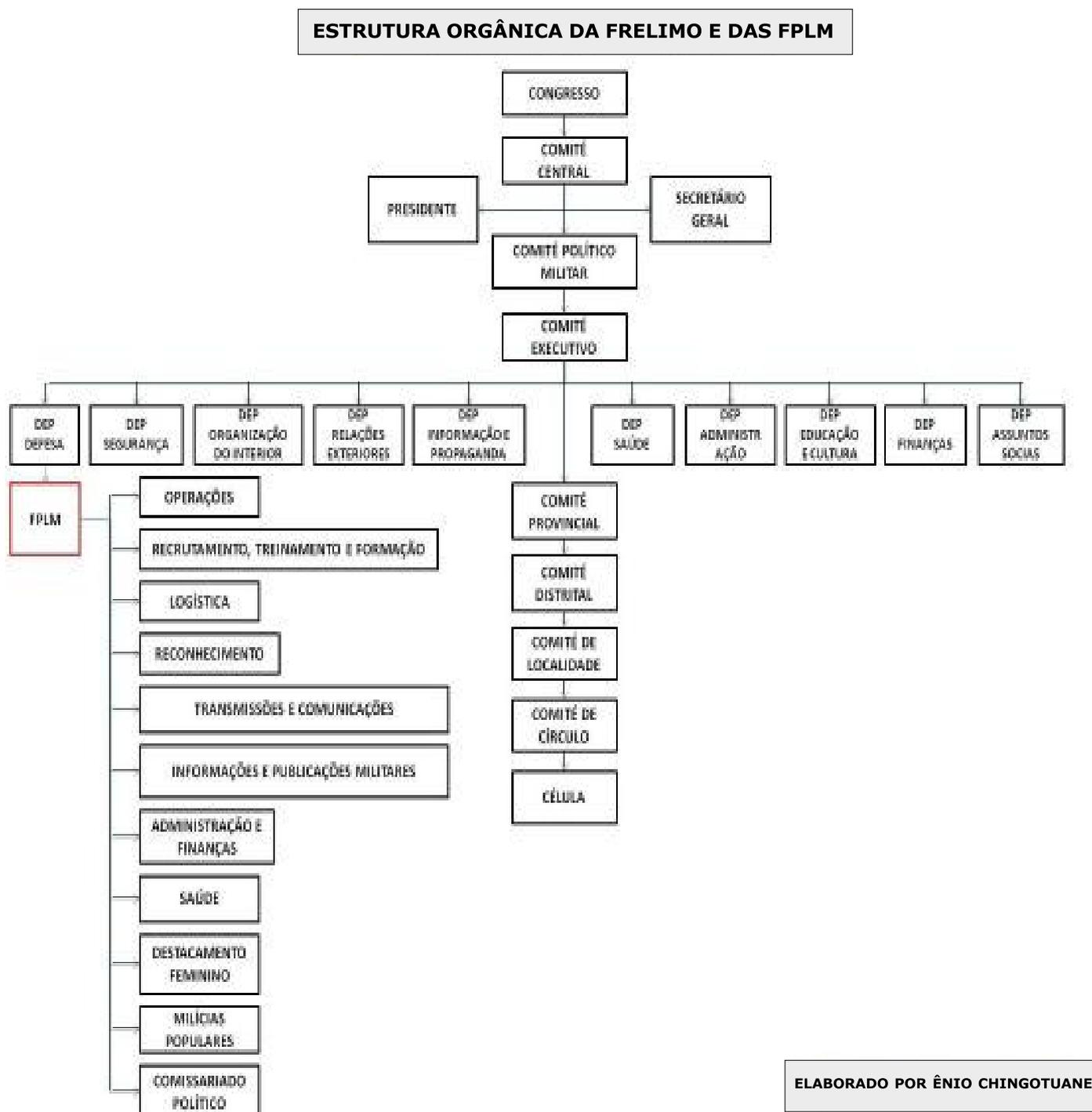
Uma das principais decisões tomadas pela FRELIMO e que teria um impacto dramático na guerra foi a decisão do reatamento da guerra na província de Tete em 1967. Em Agosto daquele ano foram enviados os primeiros contingentes de guerrilheiros para preparar a reabertura daquela frente e, em Março de 1968, a FRELIMO reatou a guerra em Tete²⁰ (Negrão et al, sd:56). Apesar dos sucessos relatados aqui, a luta de libertação nacional não foi conduzido sem mácula pois, a FRELIMO teve que enfrentar vários problemas internos. Grande parte dos problemas iniciou imediatamente após o estabelecimento das zonas libertadas. A existência de dois grupos antagônicos com visões diferentes sobre que rumo deveriam dar a luta armada abalava a coesão interna do movimento resultando inclusive em confrontações abertas, conspirações e assassinatos. As principais contradições concentravam-se na definição da longevidade da Guerra (de curta ou longa duração), nos sistemas táticos (guerra de guerrilha ou guerra regular) e, sobre a gestão administrativa das zonas libertadas (sobre quem recaia a autoridade, que tipo de sistema económico e comercial implantar), disputas de liderança do movimento, falta de acordo em relação a extensão da guerra para Tete, entre outros (Nkulunguila, 2014:280-286).

Com o objetivo de dirimir as tensões, contradições e conflitos que ocorriam no seu seio, que chegaram ao seu ponto culminante em 1968, a FRELIMO decidiu realizar o II congresso. A realização do congresso era uma condição *sine qua non* para a sobrevivência do movimento. Para demonstrar força e controlo sobre porção importante do território nacional e interessada em mostrar a comunidade internacional a legitimidade que gozava no interior de Moçambique, o movimento decidiu realizar o seu congresso em território moçambicano. Foi assim que em Julho de 1968 se realiza o II Congresso da Frelimo, primeiro realizado em Moçambique, em Matchedje, na província do Niassa. Dentre as várias decisões tomadas

²⁰ A reabertura da Frente de Tete só foi possível com o apoio da Zâmbia que passou a permitir a infiltração dos guerrilheiros da FRELIMO a partir do seu território, visto que a passagem mais fácil (o Malawi) impedia a circulação da FRELIMO.

no congresso ressaltam três que confirmam o carácter revolucionário da guerra: 1) a confirmação da continuação da guerra popular como meio de luta e 2) o estabelecimento do poder popular para administrar as zonas libertadas e, 3) o reconhecimento da importância das milícias populares no apoio as forças de guerrilha (Negrão et al, sd:73-87)..

Fig. 2: Estrutura Orgânica Da Frelimo Após o 2º Congresso (1968)



Com a evolução da guerra e as vitórias da Frelimo, a legitimidade da FRELIMO no seio das populações foi aumentando levando a que muitos moçambicanos se oferecessem para integrar o movimento e vários moçambicanos servindo no exército português começaram a desertar para as fileiras da FRELIMO. Apesar do seu crescimento, o movimento nunca foi capaz de ganhar o controlo de qualquer centro urbano, incluindo nenhuma das pequenas cidades e vilas localizadas dentro das zonas “ libertadas”.

O facto da FRELIMO reiniciar a guerra em Tete, numa altura em que avançava o maior projeto Hidroelétrico português em África (a Barragem de Cabora Bassa) contribuiu para elevar os níveis de tensão nas autoridades portuguesas que passaram a cogitar a possibilidade de eliminação total da FRELIMO. De facto, a presença da FRELIMO na zona de Tete, a partir de 1968, demonstrava claramente uma maior capacidade de abrangência do movimento (Peixoto, 2013:98). Apesar dos sucessos militares o espectro da crise no seio da FRELIMO agravou-se no primeiro trimestre de 1969, quando a 3 de Fevereiro de 1969, o presidente do Movimento, Eduardo Mondlane foi assassinado por meio de um atentado bombista. Em sua substituição, a FRELIMO escolheu, em Maio de 1969, Samora Moisés Machel chefe do Departamento de Defesa para assumir a liderança do movimento, coadjuvado por Marcelino dos Santos. Sob a liderança política e militar incontestada de Samora Machel, forjou-se uma coesão político-ideológica que reestruturou a FRELIMO em torno de um projeto político-militar inspirado pela guerra popular revolucionária.

Até finais de 1969, a FRELIMO expandiu suas operações conservando suas bases nas zonas do planalto central de cabo delgado e em Niassa intactas devido a dificuldade de acesso para as forças portuguesas. A situação dos aquartelamentos e bases militares portuguesas piorava a cada instante devido ao aumento e intensificação das ações de guerrilha da FRELIMO. A situação militar se agravava para o campo português. Para agravar esta situação, em Abril de 1970, Samora Machel visitou as zonas libertadas da FRELIMO dando um impulso adicional a guerra. Nessa visita, Samora prometera aos seus soldados o início de novas campanhas em direção ao sul e alertou aos comandantes militares sobre a aproximação de uma grande ofensiva portuguesa. Por força dessa situação, Portugal

decidiu lançar uma megaoperação para destruir a FRELIMO, denominada operação 'Nó-Górdio'. De acordo com Negrão et al (SD:97), a operação não foi uma ofensiva do exército colonial mas sim uma contra-ofensiva que pretendia acabar com o avanço militar da FRELIMO.

Lançada pelo general Kaúlza de Arriaga, comandante-chefe das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, a operação Nó-Górdio foi a mais dispendiosa campanha militar portuguesa no ultramar. Durou sete meses (de Maio a Novembro de 1970) e mobilizou 35 mil militares. A campanha visava destruir as bases da FRELIMO, numa altura em que o movimento intensificava suas atividades militares. A operação termina com o desmantelamento de grande parte das bases e dos campos da FRELIMO no Planalto dos Macondes, no norte, mas não elimina o movimento independentista. Para além de ter motivado ainda mais a vontade dos guerrilheiros da FRELIMO, a operação esgotou as reservas portuguesas disponíveis, pois empenhou a totalidade das unidades de forças especiais, mais a quase totalidade de artilharia de campanhas, unidades de reconhecimento e de engenharia. A operação baseava-se num conceito de cerco que visava isolar a área do núcleo central do planalto dos macondes, onde se encontravam as grandes bases Gungunhana, Moçambique e Nampula²¹. A operação Nó Górdio concentrou-se principalmente na província de Cabo Delgado, principal bastião da FRELIMO durante a guerra de libertação²².

Face ao avanço português, a FRELIMO optou por readaptar os seus métodos operacionais e táticos: em termos organizacionais, foram tomadas as seguintes iniciativas: 1) abandonou e transferiu as bases fixas para ganhar maior mobilidade (desmantelamento das bases e a dispersão de todos os destacamentos); 2) aumentou as

²¹ <http://bcac1891.blogspot.com.br/2013/11/operacao-no-gordio-sintese.html>

²² As táticas essenciais usadas nesta operação foram: 1) o bombardeamento intensivo dos alvos; 2) o envio de tropas helitransportadas; 3) envio de forças de infantaria automobilizadas com bulldozers para desbravar a mata; 4) uso do terrorismo contra as populações; 5) uso intensivo da propaganda como guerra psicológica; 6) emprego de forças especiais de comandos; 7) Bombardeamento com napalm em campos de cultivo; 8) infiltração de agentes e redes de espionagem no seio da FRELIMO; 9) construção de aldeias estratégicas, entre outros.

ações de reconhecimento; 3) transferiu posições para outras zonas; 4) aumentou o abastecimento de material bélico para as unidades para evitar que escasseasse durante a ofensiva portuguesa; e 5) intensificou a mobilização dos guerrilheiros e da população para prepará-los para aquela fase de luta. Em termos táticos, foram tomadas as seguintes iniciativas: 1) reforçou-se os ataques em redor dos aquartelamentos portugueses; 2) passou-se a usar chamarizes 'Decoys' para atrair o inimigo para emboscadas; 3) passou-se a concentrar o ataque na retaguarda das tropas portuguesas (através da penetração nas linhas do inimigo); 4) optou-se por uma guerra de movimento que não visava manter posições no terreno; 5) usou a tática do cerco, golpeando o inimigo em marcha ou quando estacionado antes de conseguir consolidar a sua posição; 6) intensificou-se o uso de minas terrestres; 7) intensificou-se a sabotagem e; 8) os guerrilheiros foram distribuídos em pequenos grupos para evitar alvos concentrados. O mote da FRELIMO durante aquela fase foi '*planificação conjunta e atuação dispersa*'. Durante o período da operação, a FRELIMO viu-se obrigada a recorrer ao apoio soviético para o estabelecimento de unidades antiaéreas que foram vitais para a destruição da supremacia aérea portuguesa (Nkulunguila, 2014:344-345,369) (Tembe, 2014:201-202) (Negrão, SD:96-100).

A par destas medidas táticas, a FRELIMO engajou-se nesta fase numa grande campanha de mobilização e a consciencialização das populações com vista a elevar a sua consciência política. Ao mesmo tempo, o movimento decidiu distribuir grandes quantidades de armamento a população, com o objetivo de reforçar a sua capacidade de defesa (Negrão, SD:100-101). A formação de um verdadeiro exército de massas ganhou corpo durante esta fase.

Interessada em dispersar os esforços portugueses em Cabo Delgado, a FRELIMO desenha uma estratégia visando descongestionar a operação Nó Górdio. Foi neste contexto que a FRELIMO decidiu intensificar a guerra na província de Tete, ao redor da Hidroelétrica de Cabora Bassa, com vista a abrir novas frentes nas províncias mais ao sul. O ataque pelo flanco do inimigo foi uma estratégia bem-sucedida. A intensificação da guerra na frente de Tete ajudou a desnortear a operação Nó Górdio pois obrigou o exército português a desviar os esforços de Cabo Delgado para Tete. Depois da operação

Nó Górdio e do fortalecimento das capacidades bélicas da FRELIMO, em termos humanos e materiais a FRELIMO introduziu o sistema tático regular, todavia, essa introdução não implicou no fim da guerra de guerrilha (Nkulunguila, 2014:374-378,386). A travessia do rio Zambeze, que possibilitou a desenvolvimento da guerra no sul da província de tete, teve um impacto muito grande na guerra pois possibilitou a reabertura de frente na província da Zambézia.

Em 1971 a FRELIMO reconstruiu a organização político-administrativa que tinha nas zonas libertadas, especialmente nas províncias nortenhas do Niassa, Cabo Delgado e em Tete. A partir desse ano, a progressão das ações armadas deste movimento desenvolveu-se sempre em crescendo, enquanto a situação militar portuguesa foi se deteriorando²³. Em 1972 (a 25 de Julho), a FRELIMO conseguiu estender as suas ações para Manica e Sofala, distritos do centro do país e a partir de 1973, a situação militar era já incontestavelmente favorável à FRELIMO. De acordo com Vieira (2010:266), a partir do Nó Górdio, a FRELIMO passou de uma defensiva ativa para uma ofensiva que a partir de 1973 tornou-se numa ofensiva generalizada²⁴. Com a situação militar crescentemente desfavorável às Forças Armadas portuguesas, deu-se o início de um intenso processo de negociações políticas cujo desfecho veio a ser o golpe de Estado do 25 de Abril e os acordos para a transição para a independência (sob a liderança da FRELIMO), assinados em 7 de setembro de 1974 (Peixoto, 2013:95,98,96).

²³ Perante pesadas baixas começa a manifestar-se o descontentamento no seio da tropa portuguesa; começam a surgir desertores; soldados que se negavam a sair dos quartéis; jovens que fugiam com receio de serem alistados no exército; oficiais desobedecendo ordens superiores ou se opondo as ordens; uma desmoralização generalizada nas tropas portuguesas. Como consequência, esta fase assistiu a uma grande 'africanização' do exército português pois Portugal passou a 'recrutar' negros em substituição dos brancos que se negavam a lutar. Negrão refere que em 1972, cerca de metade dos 40.000 soldados operacionais do exército colonial eram negros (Negrão, SD:109,145).

²⁴ A ordem para a ofensiva generalizada foi dada na 5ª sessão do Comité Central e devia abranger todas as frentes de combate: a frente ideológica, económica, sociocultural e diplomática.

5 CONCLUSÃO

Apesar dos movimentos de libertação nacional africanos terem emergido como consequência das dinâmicas internas das suas respectivas colónias, elas se beneficiaram da difusão do nacionalismo africano e do pan-arabismo. Outro fator que contribuiu para a eclosão destes movimentos foram as experiências bem-sucedidas dos movimentos de libertação colonial na Ásia e no mundo árabe. Todavia, a difusão da ideologia comunista e a intervenção dos Estados comunistas como a URSS e a China tiveram uma influência basilar para que os inexpressivos movimentos de libertação nacional adquirissem uma pujança e expressão político-militar maior. Foi por influência destes dois atores que se implantou a guerra revolucionária em África.

Na tentativa de denegrir os movimentos e deslegitimá-los, as potências europeias atribuíam denominações tendenciosas ao tipo de guerra desenvolvido. Entretanto, como pudemos verificar, os conceitos de terrorismo, guerra de resistência, guerra irregular, insurgência, rebelião, e inclusivamente o banditismo, não são termos suficientes para classificar as guerras de libertação conduzidas pelos movimentos de libertação nacional em África. Apesar destas táticas terem ocorrido no processo de luta, elas obedeciam a uma estratégia maior enquadrada dentro do processo da guerra revolucionária.

A guerra de libertação em Moçambique, movida pela FRELIMO, representa, na nossa opinião um dos exemplos clássicos da condução da guerra revolucionária por ter-se assentado nos princípios desta tais como: 1) possuir fundamentos ideológicos revolucionários; 2) ter sido baseada numa forte disseminação de ideias; 3) buscar a substituição da sociedade vigente para implementar a sociedade baseada na massa; 4) ser uma revolução guiada por um partido revolucionário que comandava as massas; 5) procurar implantar uma nova ideologia através do endoutrinamento; e 6) buscar a mobilização popular para criar um 'exército popular' e, por ter conduzido a guerra usando táticas como a guerrilha, o terrorismo e a guerra irregular.

A natureza popular e revolucionária da luta de libertação nacional moçambicana é inquestionável e refletiu-se no estabelecimento de um poder popular revolucionário com a independência. O estabelecimento da República Popular de Moçambique confirma e atesta que os objetivos revolucionários foram alcançados.

BIBLIOGRAFIA

Alves, José Lopes (1987): **Guerra Irregular: Aspecto menos falado da defesa nacional**, in Instituto da Defesa Nacional: *Nação e defesa*, Ano XII, Nº43, Julho-Setembro 1987, Lisboa pp. 97 a 125.

Bragança, Aquino de. (et al) (1983): **A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado**, Oficina de História, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

Henriksen, Thomas H. (1983): **Revolution and Counterrevolution: Mozambique's War of Independence, 1964-1974**, Greenwood Press, Westport, Connecticut.

KIRAS, James D. (2002): **Terrorism and Irregular Warfare**, in John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen & Colin Gray (org.), *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, (pp. 208 a 232).

Kunert, Dirk (1977): **Wars of National Liberation, the Super-Powers and the Afro-Asian Ocean Region**, The South African Institute of International Affairs, Braamfontein.

Macagno, Lorenzo (2009): **Fragmentos de uma Imaginação Nacional**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 24, No 70, junho/2009.

Negrão, José; Coelho, João Paulo Borges e Brito, Luís de (sd): **História da lua armada de libertação**, Não publicado.

Nkulunguila, Josefina Daniel (2014): **Frente de Cabo Delgado**, in Tembe, Joel das Neves (ed): *História da luta de libertação nacional*, Vol 1, Ministério dos Combatentes, Maputo.

O'Meara, Dan (1991): **The Collapse of Mozambican Socialism**, Transformation, Nº14.

Oliveira, Hermes de Araújo (1965): **Guerra Revolucionária**, Coleção General Benício, vol35, pub 240, biblioteca do exército, Rio de Janeiro.

Peixoto, Carolina Barros Tavares e Maria Paula Meneses (2013): **Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique**, T-opoi-, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 86-104 | www.revistatopoi.org

Raimundo, José Albeto (2014): **A Frente do Niassa**, in Tembe, Joel das Neves (ed): *História da luta de libertação nacional*, Vol 1, Ministério dos Combatentes, Maputo.

Reno, William (2011): **Warfare in Independent Africa**, Cambridge University Press, New York.

Shinn, David H. (2009): **Military and security relations: China, Africa and the Rest of the World**, in Rotberg, Robert I. (ed): *China Into Africa: Trade, Aid, and Influence*, Brookings Institution Press, Baltimore.

Shultz, Richard H. (1988): **The Soviet Union and Revolutionary Warfare: Principles, Practices, and Regional Comparisons**, Hoover Institution Press, California.

Shy, John & Collier, Thomas W. (1986): **Revolutionary War**, in Peter Paret (ed.): *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.

Tembe, Joel das Neves: **A luta armada: enquadramento geral**, in Tembe, Joel das Neves (ed): *História da luta de libertação nacional*, Vol 1, Ministério dos Combatentes, Maputo.

Thom, William G. (1974): **Trends in Soviet Support for African Liberation**, Air University Review, July-August 1974, Document created: 10 October 2003. <http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/aureview/1974/jul-aug/thom.html>

Vieira, Sérgio (2010): **Participei, por isso testemunho**, Editorial Ndjira, Maputo.

